TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano I – nº 7 – Dezembro de 2001

# Um ano de muita ação





Programa da Qualidade
Assembléia Legislativa de Pernambuco

*O ano de 2001 foi marcado pela transparência das ações do Legislativo e, cada vez mais, pela aproximação com a sociedade. O Poder também buscou a valorização do pessoal e o resgate da memória política. O presidente, Romário Dias (PFL), faz avaliação positiva do primeiro ano de sua gestão.*

**Página 3**


















EDITORIAL

# Cultura e Imagem

*As lutas de Pernambuco por democracia e justiça social integram os anseios de progresso e soberania do Estado. Elas são reflexo do espírito combativo, do sentimento de rebeldia de Pernambuco, que marcam a identidade cultural do seu povo. São expressão clara dos ideais, valores, dos movimentos sociais do passado e do presente, que têm dimensão na história do Estado e do País.*

*Assim, os episódios e os relatos comprovam que a instituição política avançou no País com os movimentos libertários de Pernambuco. Eles constituem exemplos da ação para aperfeiçoar as instituições, consagrar as idéias de democracia e independência dos poderes. Nesse sentido, firmou-se uma imagem de defensor do Estado Democrático de Direito, de pioneiro nas lutas pela afirmação da instituição parlamentar no Brasil.*

*Dentro dessa visão, ao longo dos séculos XIX e XX, Pernambuco contou com intelectuais, políticos e empresários que enriqueceram o patrimônio cultural do Estado e do País. A atual gestão, sob a presidência de Romário Dias, vem priorizando o resgate do período, da cultura do Legislativo, a síntese da identidade de idéias e aspirações de Pernambuco. Nesse aspecto, executa o projeto Perfil Parlamentar Século XX, com o registro dos fatos e personagens que lutaram pela consagração dos direitos fundamentais.*

*Ao lado desta iniciativa pioneira e ousada, a gestão Romário Dias desenvolve ações para intensificar o conhecimento da atuação do Legislativo. Assim, por meio de estágios remunerados, abriu espaço para os jovens nas áreas de Direito, Ciências Contábeis, História, Jornalismo, Administração e Relações Públicas. Nessa linha também vem promovendo cursos de treinamento, de qualificação de recursos humanos, destinados aos servidores do Legislativo.*

*As ações da presidência, pois, constituem testemunho de uma concepção nova de gestão do Legislativo, que prioriza a participação política e cultural da instituição na história do Estado. Com essa visão vem ampliando o debate público, o esforço para aperfeiçoar as instituições, assegurar a harmonia dos poderes. São metas do presidente Romário Dias, que definiu ainda como objetivos integrar os jovens e a área cultural.*

*Com efeito, além do resgate da memória parlamentar, o Poder Legislativo intensificou o debate sobre os problemas do Estado. Assim, discutiu e formulou propostas visando combater a violência, a sonegação fiscal, o tráfico de drogas, os problemas do Semi-Árido, da crise energética e dos servidores. É uma marca da atual gestão, de um novo tempo na história do Legislativo, com o resgate do passado, reflexões sobre o presente e garantia de construção do futuro.*


**EXPEDIENTE**

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

**MESA DIRETORA: Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Ana Lúcia Lins, Antônio Azevedo, Antônio Magalhães, Cláudia Lucena, Christianne Alcântara, Nagib Jorge Neto e Pedro Marins. **Estagiários:** Diogo Almeida e Juliana Farias. **Revisão:** Cláudia Lucena e Christianne Alcântara. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Roberto Soares, João Santana, Ivan Feitosa e Moisés Barbosa.
**Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

**Nosso endereço na Internet** *http://www.alepe.pe.gov.br*


ARTIGO

BRENO LAPROVITERA



**Deputado Manoel Ferreira salienta esforço na defesa da família e da fé**

# Evangelho e Cidadania

*Manoel Ferreira* *

A defesa da família e da fé constitui a base de nossa atuação como presbítero e parlamentar. É uma questão de princípio, reflexo da convicção de que os valores da família e os ensinamentos do Evangelho são vitais para garantir o equilíbrio social, a convivência harmônica, civilizada. Assim, através da boa formação familiar, da crença em Deus, é evidente que temos as condições ideais para combater a violência, as drogas, os desvios de conduta.

Com base nessa crença, na certeza quanto ao dever de lutar por um mundo melhor, mais justo, é que busco ser fiel às bases, ao conjunto da sociedade. A comunidade evangélica e a maioria do nosso povo desejam, seguramente, viver em clima de harmonia, com segurança e dignidade. A população rejeita tanto as injustiças quanto os desajustes, razão de suas queixas e protestos, que são constantes em nossa atuação na Assembléia Legislativa.

Não se trata de posição preconceituosa, de ignorar as fraquezas humanas, mas de combater os que, distantes de Deus, da fé, escolhem o caminho largo da perdição. Não há pretexto de cidadania para acobertar o egoísmo, a ambição que gera injustiça, nem os que caem no pecado, agredindo os valores da família e da fé.

Tais motivos marcam nossa atuação ao combater desvios como a prostituição, o homossexualismo, as drogas, por meio de pronunciamentos e projetos que condenam tais práticas e visam alertar a sociedade para os riscos dos desajustes. Eles põem em perigo o equilíbrio social, o plano de Deus, pois atingem o Evangelho, que prega a virtude e o respeito ao próximo.

A defesa da cidadania, assim como da fé, não pode ignorar as lições do Evangelho, os seus ensinamentos, com os ideais de fraternidade, solidariedade, humanismo. Por isso, no plano social, o exercício do mandato inclui também o empenho para prestar assistência aos que sofrem as injustiças do modelo econômico, padecem com a fome e as drogas.

Nesse sentido, todo nosso esforço tem se voltado para os mais carentes, os humildes, que são vítimas do desemprego, da falta de oportunidade, da tentação das drogas, da malícia dos que agem na sombra da democracia. São distorções que não podem ser toleradas, que não encontram amparo na lei de Deus e dos homens de boa-fé, dos que têm compromisso com o regime democrático.

Nessa luta, em nome da comunidade evangélica, seguramente há um longo caminho a percorrer. Mas a responsabilidade não é só nossa, como presbítero ou parlamentar, mas de todos os que anseiam por um mundo livre de violência, desajustes e que tenham a felicidade do reencontro com os valores da família, a força da fé, fundamentais ao triunfo do Evangelho e do exercício da cidadania.

*Deputado Estadual pelo PPB*

BALANÇO DA GESTÃO

# Assembléia mais perto da sociedade

Transparência nas ações e maior aproximação com a sociedade foram os marcos da atuação da Assembléia Legislativa em 2001. Cumprindo a promessa de priorizar obras que valorizem o aspecto humano em detrimento daquelas chamadas "de pedra e cal", o presidente Romário Dias (PFL) e a Mesa Diretora fizeram um balanço positivo do ano. Lembraram que a Casa virou uma nova página em sua história, saindo do tradicional e buscando no resgate da memória e na valorização do pessoal o mote para escrever um novo caminho.

"Abrimos o Poder Legislativo, onde o povo circula e opina, para que todos possam conhecer a Assembléia por dentro, pois antes só se sabia de notícias da Casa através dos jornais", observou Dias. Essa opinião é compartilhada pelos demais integrantes da Mesa Diretora. "Há uma preocupação administrativa no sentido da valorização humana, na tentativa de dar uma nova dimensão ao Poder, tornando-o mais visível perante a sociedade", completou o primeiro-secretário, João Negromonte (PMDB).

***A Assembléia buscou resgatar a memória política e a valorização do pessoal***

O balanço de 2001 indica uma série de ações executadas no campo da cultura. A publicação dos perfis dos 22 parlamentares mais atuantes no século XX está causando grande repercussão, assim como o concurso de monografia em homenagem ao sesquicentenário de Pereira da Costa, a elaboração do livro sobre a Presença Feminina no Parlamento ( a ser lançado em março de 2002), a edição do livro sobre a vida e obra de Joaquim Nabuco e a retomada da publicação dos Anais da Assembléia, após mais de 30 anos sem serem editados.

A reformulação do Regimento Interno e a elaboração do Código de Ética também foram destaques este ano, da mesma forma que a valorização das Comissões técnicas da Casa. "Elas são o coração da Alepe", lembrou Romário Dias. No ano de 2001, foram aprovados 232 projetos de lei, 51 projetos de resolução, 2.323 indicações e 1.102 requerimentos.

Além disso, estudantes universitários passaram a conhecer de perto o dia-a-dia do Legislativo. Por intermédio de um convênio com o Ipad, alunos de várias áreas estão fazendo estágio remunerado nos diversos departamentos da Casa. Estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas de todo o Estado também estão aprendendo mais sobre a Alepe, graças às Aulas de Cidadania.

E não pára por aí. No campo da comunicação, a Rádio Virtual dá à população a oportunidade de acompanhar as reuniões do Plenário. No impresso, o Jornal Tribuna Parlamentar está sendo distribuído em diversos municípios e, para 2002, está prevista a viabilização da TV Assembléia, que possibilitará um maior intercâmbio com o cidadão. "Queremos que as pessoas conheçam a atuação de cada deputado, até para poder votar com mais consciência", completou Dias, que lidera o movimento nacional dos dirigentes de Casas Legislativas, visando resgatar a imagem do Poder junto à sociedade. Ele foi eleito, também, secretário da Unale.

ROBERTO SOARES



**João Negromonte e Romário Dias fazem avaliação positiva deste ano**

A Alepe está integrada ao Sistema Interlegis, do Senado Federal, que interliga as 27 Assembléias e mais de 600 Câmaras Municipais do País. Considerada umas das três Casas mais bem informatizadas do Brasil, a Alepe estará instalando, ainda, um sistema de videoaudiências interno, com a finalidade de integrar as suas ações.

Todo o setor administrativo da Casa está passando pelo processo de certificação ISO 9002, no Programa de Qualidade viabilizado por um convênio com a Universidade de Pernambuco. Segundo João Negromonte, 554 funcionários já foram treinados e outras etapas do programa terão prosseguimento nos próximos meses. Além disso, cursos de capacitação estão sendo realizados pela Escola do Legislativo. Outros convênios beneficiam parlamentares e servidores, a exemplo do firmado com a TIM e o Colégio Atual. A Primeira Secretaria também coordena os trabalhos para construção de um restaurante aberto ao público e adquiriu dois geradores de energia.

## *Líderes do Governo e da Oposição destacam ações*

BRENO LAPROVITERA



**Teresa Duere ressaltou discussões**

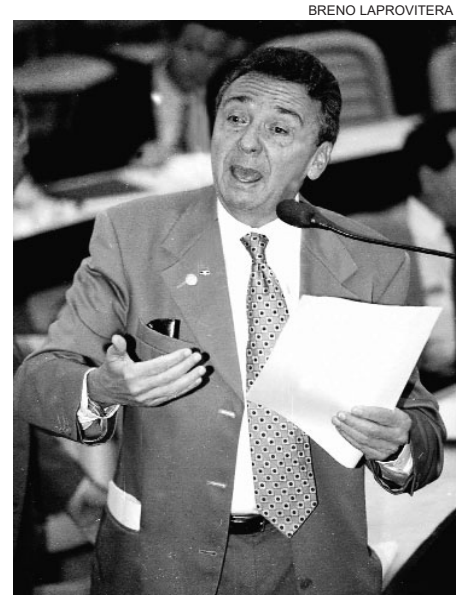
Os líderes do Governo e da Oposição, Teresa Duere (PFL) e José Queiroz (PDT), também avaliaram positivamente as ações do ano de 2001. Reproduzindo as opiniões dos mais diversos segmentos que compõem a Casa, eles elogiaram a atuação da Mesa Diretora, destacando iniciativas que deram maior visibilidade ao Poder Legislativo.

Para Tereza Duere, ações como a publicação dos Perfis Parlamentares, os cursos de capacitação da Escola do Legislativo, a realização de concursos como o que valorizou os recursos hídricos (meio ambiente) e o anúncio da TV Assembléia foram destaques do ano. José Queiroz ressaltou a elaboração do Código de Ética, a reforma do Regimento Interno, os cursos da Escola do Legislativo, os Perfis Parlamentares e CPIs como a da Água Mineral.

"A Casa fecha o ano com um grande número de projetos, tanto dos parlamentares quanto do Executivo, que tiveram ampla discussão", salienta Teresa Duere, observando que a Oposição foi respeitada em suas opiniões.

O líder José Queiroz, entretanto, teceu algumas críticas. "A forma de condução da bancada governista fez valer apenas a sua maioria aritmética, em vez de usar a razão na hora de apreciação de projetos do Governo", alfinetou.

BRENO LAPROVITERA



**Queiroz também elogiou Mesa**

FINANÇAS

# Orçamento de 2002 cresceu 15,3%

Aprovado no último dia 13 de dezembro, no Plenário da Assembléia Legislativa, depois de tramitar por quase dois meses, o Orçamento Fiscal de Pernambuco para 2002, no valor de R$ 7,75 bilhões, finalmente vai estar disponível para o Executivo, a partir dos primeiros dias de janeiro. Houve um crescimento de 15,3% nos valores em relação ao orçamento de 2001, com base na previsão de aumento de vários itens da receita, como o ICMS e as transferências correntes.

O mesmo documento aponta que os gastos previstos para a área social, representados pela educação, cultura, habitação, urbanismo, saúde, saneamento, trabalho, assistência e previdência, somam R$ 3,2 bilhões. Isso significa 41,8% do orçamento de 2002, superior ao percentual destinado em 2001 para o mesmo setor, que foi de 34,3%.

**RESPONSABILIDADE -** Segundo o relatório elaborado pelo deputado Geraldo Coelho (PFL), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, a despesa prevista com pessoal e encargos sociais para 2002 é de R$ 2,2 bilhões, ou seja, 55,5% da Receita Corrente Líquida do Estado, enquadrando-se nas exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF determina que os gastos com servidores não devem ultrapassar 60% da receita líquida estadual.

ROBERTO SOARES



**Deputados da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação trabalharam na análise das 1.190 emendas propostas**

O mesmo relatório da Comissão de Finanças registra que os gastos previstos para 2002 com o serviço da dívida pública interna e externa, com juros e amortizações, são de R$ 550 milhões, contra R$ 403,7 milhões do orçamento de 2001. Já os dispêndios com investimentos e inversões financeiras no orçamento de 2002 estão estimados em R$ 1,6 bilhão, significando um aumento de 27,3% em relação a 2001. São provenientes de recursos da venda Celpe.

**EMENDAS -** Foram apresentadas 1.190 emendas parlamentares ao orçamento de 2002, representando uma média de 27 por deputado. Segundo o relatório da Comissão de Finanças, elas tiveram suas metas detalhadas dentro das diretrizes do Governo, sem, contudo, alterar o montante financeiro previsto no orçamento.

O deputado Diniz Cavalcanti (PMDB) foi o campeão de emendas parlamentares: apresentou 189. Garibaldi Gurgel (PMDB) elaborou 109. E a deputada Teresa Duere (PFL), líder do Governo na Assembléia e terceira colocada no ranking, apresentou 89.

## *Previsão de receitas e despesas de 2001 foi de R$ 6,7 bilhões*

O Plenário da Assembléia Legislativa também aprovou, por unanimidade, em dezembro de 2000, o Orçamento Fiscal de Pernambuco para 2001. As estimativas de receitas e despesas foram de R$ 6,72 bilhões, o que correspondeu a uma previsão de aumento de 17,4% em relação a 2000. Na época, o relator-geral do orçamento também foi o deputado Geraldo Coelho (PFL). Ele destacou o crescimento das verbas destinadas às áreas sociais e a adequação da proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os gastos em educação, cultura, habitação, urbanismo, saúde, saneamento, trabalho, assistência e previdência somaram R$ 2,3 bilhões, ou seja, 34,4% do orçamento global de 2001. O índice foi superior ao de 2000, que foi de 28,9%.

O então presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Marcos (PFL), ressaltou o empenho dos deputados que compõem a Comissão de Finanças na preparação do orçamento fiscal. O esforço dos funcionários da Casa também foi levado em consideração, pois, graças ao exaustivo trabalho, tudo ficou pronto a tempo.

## O ORÇAMENTO EM NÚMEROS

| | |
|---|---|
| **7,75** | *bilhões é o valor total dos recursos* |
| **3,2** | bilhões é a previsão de investimentos na área social |
| **2,2** | *bilhões é a despesa prevista com pessoal e encargos sociais* |
| **550** | milhões são os gastos previstos com a dívida pública interna e externa |
| **1.190** | *emendas foram apresentadas* |
| **27** | foi a média por deputado |
| **189** | *foram apresentadas por Diniz Cavalcanti (PMDB)* |
| **109** | por Garibaldi Gurgel (PMDB) |
| **89** | *por Teresa Duere (PFL)* |

ENTREVISTA/GERALDO COELHO

# "Recursos atendem ao Estado"

*Condutor em muitos mandatos na Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, o deputado Geraldo Coelho (PFL) finalmente descansou ao ver em Plenário para votação o Orçamento de Pernambuco para 2002, no valor de R$ 7,75 bilhões. Em relação ao de 2001, houve um aumento de 15,3%. Nesta entrevista, o parlamentar diz que os recursos serão suficientes para uma boa gestão do Estado, que os deputados ficaram satisfeitos e comenta temas da economia.*

**Tribuna Parlamentar - O montante destinado pelo orçamento de 2002 para o Estado é suficiente para uma boa gestão administrativa de Pernambuco?**

**Geraldo Coelho -** Creio que sim. No ano de 2001 houve muita realização, aconteceram muitos investimentos por conta dos recursos arrecadados com a venda da Celpe. Em 2002, haverá um saldo bem razoável que, acrescido dos repasses do Governo Federal, permitirá mais investimentos no Estado e a conclusão de muitas obras.

**TP - As emendas apresentadas pelos parlamentares ao orçamento - mais de mil -, destinando recursos para obras e serviços específicos, serão acatadas pelo Governo estadual?**

**GC -** Normalmente se fazem essas emendas para deixar ações ou obras futuras protegidas orçamentariamente, isto é, já com uma previsão de custo. Como se sabe, é muito difícil fazer obras fora do orçamento. Isso não quer dizer, porém, que, obrigatoriamente, o Governo estadual tenha de realizá-las. Isso vai depender do interesse governamental e do grau de afinidade do deputado com o Poder Executivo.

**TP - As emendas parlamentares incorporadas ao orçamento de 2002 satisfizeram aos deputados?**

**GC -** Acho que sim. Uma vez que as nossas emendas foram bem discutidas na Assembléia. Para cada um dos deputados, foram destinados R$ 300 mil, para ações e obras no Estado, o que vai ser muito bom num ano eleitoral. Isso, contudo, não quer dizer que a ação ou a obra tenha fim apenas eleitoreiro. Na verdade, esse tipo de iniciativa parlamentar sempre traz um benefício para a sociedade. Se o Governo estadual continuar leal com seus companheiros deputados, os objetivos propostos pelas emendas da Assembléia Legislativa serão concretizados.

**TP - Com base em 2001, o próximo ano vai propiciar o crescimento econômico de Pernambuco?**

**GC -** Na minha região, o Sertão de Francisco, foi visível o impacto econômico positivo com a chegada de novas empresas e o crescimento da construção civil, que são empreendimentos importantes. Na Zona da Mata, pôde-se constatar o incremento da exportação de açúcar, independentemente das restrições econômicas mundiais, depois dos atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. E, mais próximo do Recife, pôde-se observar as instalações de novas indústrias beneficiadas pelo programa de incentivo fiscal do Governo do Estado, o Prodepe. Mas ainda há muito que fazer na questão do desemprego, principalmente na zona rural. Portanto, com verbas estaduais e federais, poderiam ser estimuladas ações produtivas de menor porte. Insiste-se muito nas "bolsas" (subsídio federal), que representam, na minha opinião, uma esmola. Elas não devem acabar, senão muitos vão morrer de fome. Mas deve-se investir mais em ações produtivas e que tenham mais durabilidade junto a pequenos agricultores e criadores. Nossa gente tem capacidade para assimilar positivamente tais iniciativas.

***"Em 2002, haverá mais investimentos em Pernambuco e muitas obras serão concluídas"***

**TP - Existem linhas de financiamento bancário para pequenos produtores?**

**GC -** Isso é uma ficção. O Proger do Banco do Nordeste, por exemplo, fechou seus empréstimos por conta da inadimplência. Porém, antes de resolver o problema do atraso de pagamento dos financiamentos, o banco decidiu fechar a linha de crédito. A burocracia federal termina por criar um problema para o presidente Fernando Henrique Cardoso, que anuncia mais financiamentos para o pequeno produtor sem que a sua estrutura governamental dê uma resposta adequada à demanda.

**TP - Quais foram os efeitos do racionamento de energia elétrica na economia do Estado?**

**GC -** Vou falar dos efeitos causados aos pequenos produtores da zona rural. A maioria deles foi prejudicada pela insensibilidade governamental de manter um percentual alto de racionamento de energia para o setor, o que levou, em muitos casos, à queda de 90% na produção. Se o pequeno sofreu desse jeito, imagine o grande, que não teve água para irrigar suas plantações, como foi o caso dos plantadores de manga do Sertão, prejudicando a venda do produto no exterior pela redução da qualidade.

**TP - A diminuição do percentual de racionamento determinada pelo Governo Federal pode dar partida à retomada da produção?**

**GC -** Isso é outra conversa. Moro na beira do São Francisco, em Petrolina, e vejo que o rio está enchendo. Inclusive, a Barragem de Sobradinho já está liberando água para as barragens de Itaparica e Xingó, que estavam praticamente desativadas. Se continuar chovendo em Minas Gerais, 2002 poderá ser um ano bom, acabando de vez com essa medida horrível que é o racionamento. Também não é o caso de só esperar apenas pelas chuvas. O Governo Federal começa a instalar usinas termelétricas para suprir as necessidades de energia.

**TP - O "nó" fiscal trava o desenvolvimento de Pernambuco e do Brasil, segundo os especialistas. É viável e necessária uma reforma no setor?**

**GC -** Essa é uma questão complicadíssima. Cito o caso da guerra fiscal entre os Estados. Vejo a dificuldade dos Estados que estão dando benefícios e isenções a empresas e não poderão subtraí-los mais à frente. Diante disso, fica difícil fazer qualquer reforma porque teria que acomodar distintos e inconciliáveis interesses.

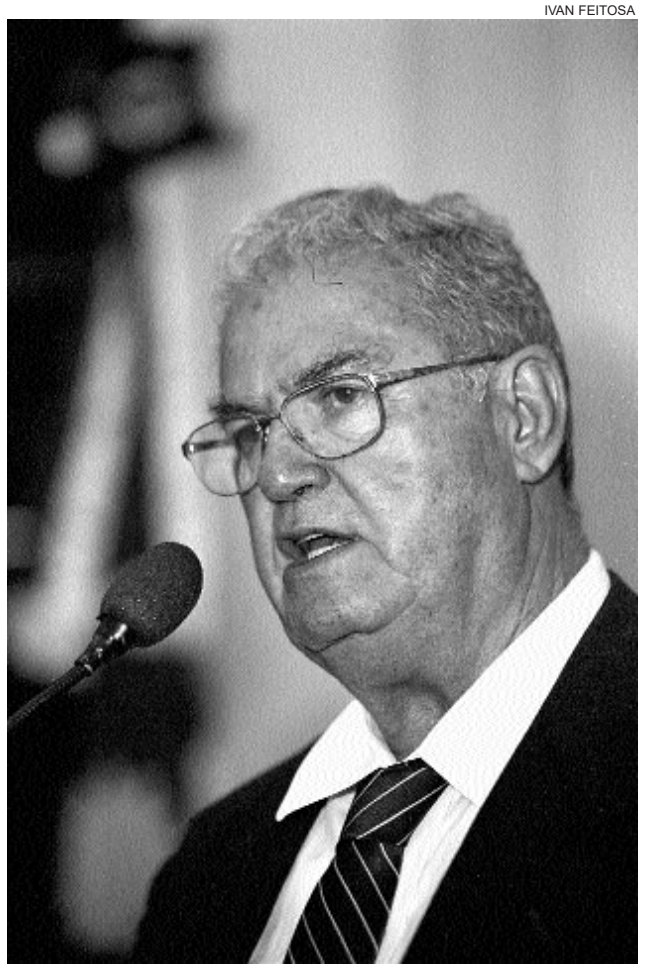
**TP - O senhor acha que o Nordeste tem jeito?**

**GC -** Sou um sujeito ruralista. Conheço os efeitos das chuvas e da falta dela. A água é tudo na região. Por isso, defendo a transposição do São Francisco para irrigar o Semi-Árido nordestino em Estados não banhados por ele. Seria tirada pouca água do rio, prejudicando apenas uma parte da geração de energia de Xingó. A barragem forneceria menos energia, mas beneficiaria o Nordeste inteiro. Acabaria com esse bolsão de pobreza na região.

**TP - E Pernambuco tem jeito?**

**GC -** Tem. Mas precisamos desenvolver o Estado harmonicamente, não só a região metropolitana. O Governo vem dando um grande passo nessa interiorização com a eletrificação rural, a construção de adutoras e com a duplicação da BR-232. Se a administração estadual conseguir levar a BR-232 duplicada até Petrolina, não precisará da Ferrovia Transnordestina.

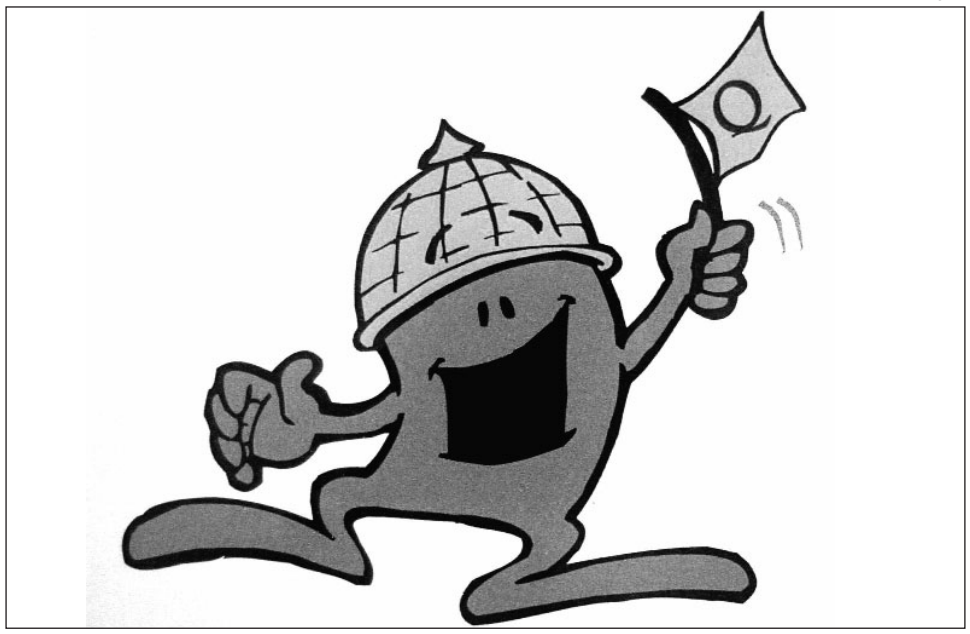
IVAN FEITOSA



Coelho disse que emendas foram bem discutidas

## QUALIDADE ISO 9002

IVAN FEITOSA



**Mascote, de autoria de Marta Ataíde, usa chapéu lembrando a cúpula da AL**

# Concurso premia servidores da AL

Com objetivo de ampliar a divulgação e o engajamento dos servidores no Programa de Gestão para Qualidade Total (PGQT) da Assembléia Legislativa, foi concluído, no último dia 13, o Concurso da Simbologia da Qualidade. A secretária da diretoria-geral, Marta Simone de Ataíde, foi a grande vencedora do prêmio. Ela conquistou o primeiro lugar em duas categorias: logotipo e mascote.

Além de Marta, outra secretária que atua na Presidência, Elisabeth de Andrade, ficou em segundo lugar na categoria mascote e terceiro, em logotipo.

***Grande número de concorrentes revelou interesse dos funcionários da Alepe no PGQT***

Iandy Medeiros Júnior, do Departamento de Informática, obteve a segunda posição em logotipo, e o fotógrafo Roberto Soares de Lima, do Departamento de Comunicação Social, foi o terceiro na categoria mascote.

O anúncio da premiação aconteceu no auditório do Anexo Nilo Coelho e foi coordenado pelo diretor-geral do Poder Legislativo, Luiz Carlos Matos. Vários servidores também compareceram, entre os quais 30 concorrentes aos prêmios. Integraram a comissão julgadora Luiz Carlos Matos, Luiz Antônio Guimarães Melo, Hildebrando Marques, Fátima Rezende (coordenadora de implantação do Programa de Qualidade) e Fabrício Finizola, da agência de publicidade Mart Pet, que detém a conta da Alepe. Os prêmios são de R$ 1 mil (1º lugar), R$ 750,00 (2º lugar) e R$ 500,00 (3º lugar).

O diretor-geral observou que o grande número de concorrentes revela o interesse dos servidores no Programa de Qualidade, uma iniciativa do primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), na busca da certificação ISO 9002.

Na categoria música não houve vencedor. Todos os inscritos irão receber uma premiação pela participação.

O logotipo que projeta a cúpula da Assembléia Legislativa dentro da letra Q (de qualidade), da funcionária Marta Ataíde, vai ser usado para identificar todos os materiais do PGQT.

O mesmo vai ocorrer com o mascote, também de Marta. Trata-se de um bonequinho que usa um chapéu lembrando o formato da cúpula do Palácio Joaquim Nabuco.

# Programa inicia ciclo de auditorias

O Programa de Gestão para a Qualidade Total (PGQT), que prepara a área administrativa da Assembléia Legislativa para receber a certificação ISO 9002, no próximo ano, já iniciou o processo de auditorias, que vai confirmar o atendimento dos requisitos necessários à concessão e à manutenção do prêmio. Vinte servidores dos setores administrativos e de patrimônio participaram do curso de formação interna de auditores, que ocorreu paralelamente ao primeiro ciclo de auditorias internas. O curso teve início no dia 4 de dezembro e será concluído em janeiro.

***Ações visam avaliar e promover a melhoria do Programa de Qualidade Total***

A coordenadora de implantação do PGQT, professora Fátima Resende, da Universidade de Pernambuco (UPE), justificou a importância do aprendizado sobre as auditorias para assegurar a continuidade das melhorias dos serviços.

"Com as auditorias pretendemos verificar continuamente a conformidade do sistema de normas que estão sendo aplicadas de acordo com o que exige a ISO 9002", afirmou a professora. O ciclo de auditorias também visa avaliar e promover a melhoria do Programa de Qualidade.

De acordo com Fátima Resende, o estudo realizado não teve caráter de inspeção ou controle e sim, de uma investigação pró-ativa, "que irá produzir críticas construtivas visando aprimorar o trabalho em fase de implantação".

Durante o recesso parlamentar, a Comissão da Qualidade ficará estudando e aplicando ações corretivas, identificadas durante o ciclo de auditorias. "Estaremos propondo medidas preventivas e corretivas para ajustá-las às normas", completou a professora da Universidade de Pernambuco (UPE).

No início de fevereiro de 2002, será realizado o segundo ciclo de auditorias, completando a preparação para a primeira auditoria oficial (pré-certificadora) da ISO 9002, que vai ocorrer no fim deste mesmo mês. A definição da instituição responsável pela certificação está ocorrendo por meio de um processo de licitação pública. O certificado deverá ser conferido até o dia 15 de abril.

IVAN FEITOSA



**Luiz Carlos Matos (E) participou do curso de formação interna de auditores**

CPI DA VIOLÊNCIA

# Relatório sairá em fevereiro de 2002

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência, instaurada para apurar a morosidade das investigações policiais no Estado, será apresentado em fevereiro de 2002, pelo presidente da CPI, deputado Pedro Eurico (PSDB). Durante mais de seis meses, a comissão concentrou esforços para descobrir o porquê da demora no envio de inquéritos à Justiça e na tramitação dos processos, questões que contribuem para o aumento da impunidade. A CPI também investiga as denúncias da participação de PMs do Serviço de Inteligência em grupos de extermínio.

A Comissão surgiu da necessidade de aprofundar as investigações realizadas pela CPI Federal do Narcotráfico, no ano passado, quando um amplo trabalho foi feito para mapear os focos de criminalidade em Pernambuco.

A CPI da Violência já identificou problemas no Poder Judiciário, onde os processos encontram dificuldades para tramitar. O número insuficiente de defensores públicos e a desorganização das Polícias Militar e Civil são alguns dos fatores que geram a morosidade.

O último passo para a redação final do relatório será a junção das propostas enviadas pelo Poder Judiciário e integrantes da sociedade civil organizada para resolver o problema. Instituições como o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Estado já deram sua contribuição.

Apesar de não querer discutir as medidas antes de sua publicação, a CPI da Violência garante que produzirá um relatório conciso, simples de ler e que trará propostas concretas para o papel das polícias e da Justiça no combate à criminalidade em Pernambuco. Além de Pedro Eurico (presidente), compõem a CPI os deputados Lula Cabral (vice-presidente), Marcantônio Dourado (relator), Henrique Queiroz (sub-relator), João de Deus, Antônio Moraes, Fernando Lupa, Carlos Lapa e Sebastião Rufino.

ROBERTO SOARES



**Deputados aprofundaram as investigações da CPI Federal do Narcotráfico**

REDAÇÃO DE LEIS

# Agilidade é a principal marca da 12ª Comissão

Agilidade é a palavra de ordem vigente na l2ª Comissão Permanente da Assembléia Legislativa. Na Comissão de Redação de Leis, não existe documento "esfriando em prateleira" ou "engavetado". Nesse espírito de luta, administrando um colegiado que é o destino final das matérias após a tramitação pelas diversas Comissões do Poder Legislativo, o deputado Augusto César (PSDB) mantém o firme propósito de dinamizar a equipe. E tem obtido êxito.

IVAN FEITOSA



**Augusto César tem buscado eficiência e rapidez**

O parlamentar é taxativo: "Tem sido nossa maior preocupação o binômio eficiência/agilidade no encaminhamento final das matérias, a fim de que os projetos de lei cheguem logo à sanção governamental. Ou, no caso dos projetos de resolução, promulgados pela Assembléia Legislativa".

Para alcançar tal índice de capacitação, o deputado Augusto César conta com uma equipe competente. A busca da qualidade, responsabilidade, eficiência e rapidez é a base do trabalho da 12ª Comissão Permanente da Alepe. Além do deputado Augusto César, a equipe é integrada pelos servidores Sidney Araújo, Luciene Torres, Jacione Oliveira e Jô Ferreira.

IVAN FEITOSA



*A entrega dos troféus Leão do Norte consolidou a parceria entre o Banco do Brasil e a Alepe. Este ano foram contemplados os deputados Lula Cabral (PMDB - Administração e Economia), João Braga (PV - Cultura) e Antônio Moraes (PSDB - Educação). Na sessão solene, realizada no Palácio Joaquim Nabuco, no dia 29 de novembro, o presidente Romário Dias disse ser um "privilégio" o Parlamento estadual contar com o patrocínio do BB. O superintendente regional em exercício, Jackson de Barros, saudou os ganhadores e afirmou que o prêmio é uma "justa homenagem àqueles que fazem do mandato popular um instrumento de incansável busca pelo progresso".*

PROJETOS

# Regimento e Código fortalecem AL

A garantia da participação da sociedade civil no processo legislativo e o fortalecimento da imagem da Assembléia Legislativa de Pernambuco são duas características relevantes asseguradas, respectivamente, no Regimento Interno e Código de Ética. A opinião é da consultora do Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipad), Zélia Castro.

Os projetos, que serão votados no Plenário em março de 2002, foram discutidos numa comissão especial formada por deputados que ficaram responsáveis pela análise das modificações do Regimento e do formato apresentado para o Código de Ética, uma novidade no Legislativo de Pernambuco.

Presidida pelo deputado Gilberto Marques Paulo, a comissão especial teve também a função de agilizar os trabalhos que vão garantir a votação dos projetos no início da próxima legislatura. Os parlamentares realizaram reuniões, em que contaram com a assessoria do Ipad, para debater e apresentar sugestões aos projetos.

De acordo com a consultora Zélia Castro, o Regimento Interno, que data de dezembro de 1991, sofreu uma economia de seis mil palavras. Ela destacou a participação da sociedade no processo legislativo como outra característica inovadora. A população poderá apresentar projetos de lei, dentro de critérios definidos no Regimento.

Ela explicou também que o fortalecimento das comissões permanentes e a ampliação dos critérios para a criação das temporárias, como, por exemplo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), são algumas das modificações importantes para a vida institucional do Poder Legislativo.

ROBERTO SOARES



**Comissão especial agilizou trabalhos para garantir votação no início do ano que vem**

**ÉTICA -** O Regimento ganha ainda mais uma comissão permanente, a de Ética Parlamentar, subindo para 13 o número de colegiados na Casa. Ela será responsável por zelar pela imagem da Assembléia e pelo cumprimento dos procedimentos éticos, amparada pelo Código.

O documento, que rege os princípios éticos, vai tratar de prerrogativas que antes, por não existir um Código de Ética, estavam incluídas no Regimento Interno. Agora, direitos, deveres e medidas disciplinares estarão no Código, que assegura ainda a imunidade parlamentar como um direito inalienável.

PERFIL PARLAMENTAR

# Livros serão distribuídos em escolas e bibliotecas

BRENO LAPROVITERA




**Cerca de 1.500 instituições receberão coleções**

A distribuição dos livros nas escolas, bibliotecas e instituições públicas em geral é o próximo passo que a Assembléia Legislativa de Pernambuco vai dar para concluir o Projeto Perfil Parlamentar-Século XX. A iniciativa envolveu a publicação de 22 volumes que destacam a vida pública de parlamentares do século passado. A informação é da coordenadora do projeto, Ângela Nascimento.

Ao todo, cerca de 1.500 instituições vão receber a coleção completa sobre a trajetória política de parlamentares como Agamenon Magalhães, Francisco Julião e Paulo Guerra, contada por 21 jornalistas. O trabalho visa resgatar a memória do Legislativo pernambucano, segundo o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL). Ele informou ainda que estão sendo publicados três mil exemplares de cada um dos 22 volumes.

O lançamento dos últimos perfis parlamentares foi no dia 17 de dezembro, quando a Assembléia apresentou os trabalhos realizados sobre a vida de Andrade Lima Filho, David Capistrano, Gilberto Osório, Paulo Guerra e Ruy de Ayres Bello. Mas Romário Dias já anunciou que as iniciativas culturais não param por aí. Em março, será lançado um livro, encomendado à escritora Luzilá Gonçalves, que conta a história das mulheres que passaram pela Casa de Joaquim Nabuco.

**ÍCONES -** A Assembléia Legislativa também assinou um convênio com o Jornal do Commercio para publicação de seis livros com os perfis dos mais destacados nomes pernambucanos nas áreas de literatura, música, cinema, teatro, artes plásticas, esportes e artesanato. Com tiragem de três mil exemplares, parte dos volumes do Projeto Ícones Pernambucanos será distribuída nas escolas e bibliotecas do Estado. O restante será doado à Associação de Assistência à Criança Defeituosa de Pernambuco (AACD).

Entre os nomes que constarão do projeto estão Gilberto Freyre, Manoel Bandeira, Mauro Mota, Carlos Pena Filho, Mário Souto Maior e João Cabral de Melo Neto (literatura); Luiz Gonzaga, Capiba, Nelson Ferreira e Alceu Valença (música); Adriana Salazar e Manoel Tobias (esportes); Kátia Mesel, Valdemar de Oliveira, Geninha da Rosa Borges, Hermilo Borba Filho e Dinah de Oliveira (cinema e teatro); Mestre Vitalino, Zezinho de Tracunhaém e Ana das Carrancas (artesanato); Francisco Brennand, Abelardo da Hora, Cícero Dias e Vicente do Rêgo Monteiro (artes plásticas).